

CAPÍTULO 11

DOI: 10.4322/978-65-995353-8-3-011

AS DIFICULDADES DE ACOLHIMENTO ENFRENTADAS PELA
POPULAÇÃO TRANS E TRAVESTI NO ÂMBITO DA SAÚDE: UMA
REVISÃO INTEGRATIVA

**Kelly Beatriz Alves Delfino¹, Iranary Ohio Silva Almeida², Eliene Leal de Carvalho³,
Francisca Jusciana de Pinho Silva Leal⁴, Lourdes Maria Barbosa Martins⁵, Silvana
Thamyres Marques Damasceno Costa⁶, Layara Matos de Oliveira⁷, Maria Clara da
Silva Lima⁸, Erika Marcia Silva Moraes⁹, Luana de Moura Monteiro¹⁰**

¹ Universidade Estadual do Piauí - UESPI, (kellybeatriz@gmail.com)

² Universidade Estadual do Piauí - UESPI, (almeidairanary@gmail.com)

³ Universidade Estadual do Piauí - UESPI, (lncarvalho16@gmail.com)

⁴ Universidade Estadual do Piauí - UESPI, (juscianapleal@hotmail.com)

⁵ Universidade Estadual do Piauí - UESPI, (lurdinhaamartiins@gmail.com)

⁶ Universidade Estadual do Piauí - UESPI, (thamyresmarques2008@hotmail.com)

⁷ Universidade Estadual do Piauí - UESPI, (layaramatosoliv@hotmail.com)

⁸ Universidade Estadual do Piauí - UESPI, (limamariaclara921@gmail.com)

⁹ Centro Universitário UniFacid Wyden, (erikamoraes1636@gmail.com)

¹⁰ Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, (luanamoura@ccs.uespi.br)

Resumo

Objetivo: Evidenciar as dificuldades que a população trans enfrenta no âmbito da saúde e de como essas barreiras contribuem para o bem-estar geral dessa população. **Método:** Este estudo trata-se de uma revisão integrativa, cujo período da coleta de dados se deu em março de 2022. Para sua realização, foi feito um levantamento bibliográfico dos anos de 2012 a 2022, nas seguintes bases de dados: PubMed, SciELO e BVS (Biblioteca Virtual de saúde). Para este estudo foram incluídos ensaios clínicos randomizados, nos idiomas: inglês, português, espanhol, artigos completos e gratuitos. Todos que não se integraram nesses critérios foram excluídos. **Resultados e Discussão:** Foram encontrados 414 artigos. Após uma primeira seleção, aplicando filtros como: últimos 10 anos, ensaios clínicos randomizados, artigos completos e idioma foram excluídos 385 artigos, restando 29 para análise dos resumos. Desses, foram selecionados 12 artigos que se enquadraram nos critérios de inclusão estabelecidos. **Conclusão:** O acesso à saúde para a população transgênero, ainda se encontra distante do ideal e muitas dificuldades são encontradas, sendo as mais frequentes relacionadas a falta de preparo dos profissionais e unidades básicas de saúde para atender a este público, e principalmente a

forma como os mesmos não possuem seus direitos básicos respeitados, desassistidos de informações e orientações sobre sua saúde. Desse modo, tais questões tornam ainda mais difícil o acesso e acolhimento desse público, nos serviços básicos de saúde.

Palavras-chave: Pessoas transgêneros; Serviços de saúde; Preconceito.

Área Temática: Lgbtqia+

E-mail do autor principal: kellybeatriz@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O processo de composição das pessoas trans é repleto de variados métodos circunscritos nas modificações corporais, que passam pelo uso de hormônios, aplicações de silicone industrial, depilações, cirurgias plásticas, transgenitalização, dentre outros, que variam a partir dos desejos e das possibilidades financeiras de cada um. No entanto, existem dificuldades no acesso e permanência das pessoas trans nos serviços oferecidos no Sistema Único de Saúde, evidenciando o desrespeito ao nome social, a trans/travestifobia como obstáculo à busca de serviços de saúde e causas dos abandonos de tratamentos em andamento (ROCON *et al.*, 2016).

Em concordância, Carrara *et al.* (2019), afirmam que a maneira como os pesquisadores categorizam as identidades de gênero fora do sistema binário gênero-sexo não é apenas uma questão teórica importante para as ciências sociais, mas também estratégica para a compreensão do acesso aos direitos do cidadão e serviços de saúde. Ademais, compreender os tipos de barreiras de cuidados de saúde é relevante, uma vez que essas pessoas são forçadas a lidar com o estigma e a discriminação interseccionais, além de lidar com o despreparo dos profissionais de saúde que muitas vezes possuem conhecimento insuficiente para fornecer cuidados adequados para pacientes trans (ROSENBERG *et al.*, 2021).

Seguindo essa mesma linha de pensamento, pesquisas nacionais sobre as implicações dos processos de marginalização social no acesso dessa população à atenção integral em saúde apontam situações de discriminação e hostilidade nos serviços, onde são referidas ausência de exames físicos, dificuldade de compreensão das orientações médicas e, principalmente, o não respeito ao nome social (MONTEIRO, 2019; BRIGEIRO, 2019).

Nesse contexto, tais condutas estão entre as principais causas das travestis e transexuais se afastarem dos serviços de saúde, se automedicarem e não adotarem cuidados preventivos, o que propicia o aparecimento de agravos à saúde, com consequente busca por unidades de urgência e emergência, muitas vezes consideradas a porta de entrada no sistema. Como exemplo da automedicação, pode se destacar a hormonioterapia, utilizada por travestis e transgêneros para o processo de transformação que, na grande maioria, ocorre sem prescrição e

conhecimento (LOVISON *et al.*, 2019).

Dessa forma, a exclusão social extrema e a falta de aceitação de populações transgênero em diferentes configurações diminui sua autoestima e capacidade de participar de eventos sociais. Essas situações muitas vezes levam a sofrimento psicológico sintomático, depressão, ansiedade e outras dificuldades de saúde mental nesta população. Além disso, a vitimização social pode ocasionalmente contribuir para a saúde e o uso não saudável de álcool neste grupo (SHAIKH S *et al.*, 2016).

Portanto, o objetivo do presente estudo é evidenciar as dificuldades que a população trans enfrenta no âmbito da saúde e de como essas barreiras contribuem para o bem-estar geral dessa população.

2 MÉTODO

Este estudo trata-se de uma revisão da literatura, do tipo integrativa, um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente (ERCOLE *et al.*, 2014). Para sua realização, foram seguidas as seguintes etapas: Definir o tema da revisão (por meio da pergunta de pesquisa, ou questão norteadora); seleção da amostra, e das características da pesquisa (classificação dos tipos de estudos e da coleta de dados); verificação dos estudos incluídos na revisão, discussão e interpretação dos resultados; apresentação da revisão.

A construção desta revisão integrativa, se originou da seguinte questão: Quais as dificuldades e barreiras de acolhimento, que a população trans e travesti enfrentam, no âmbito da saúde?

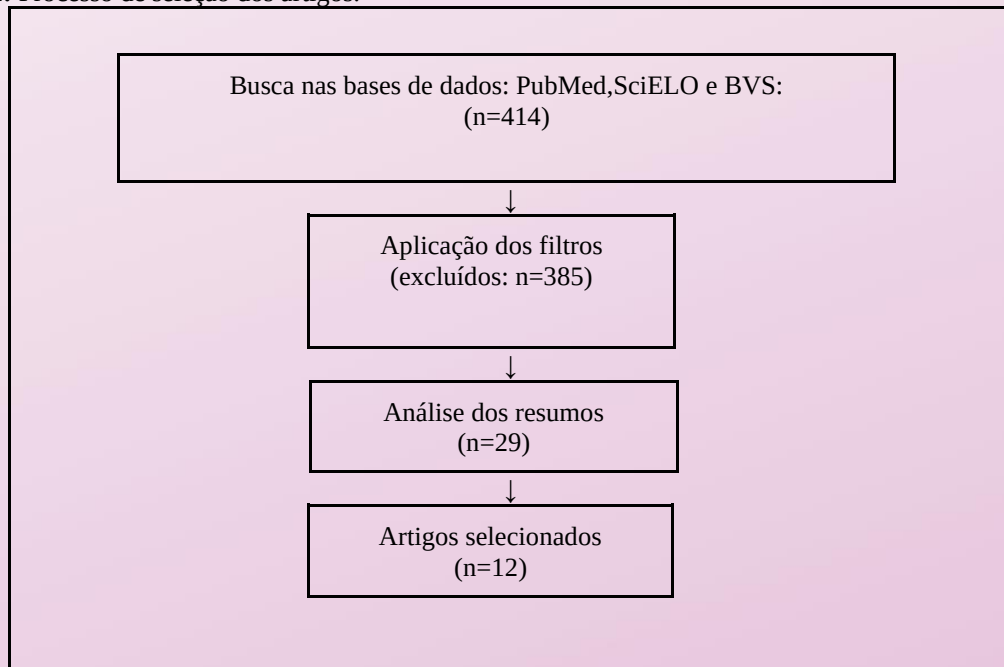
O período da coleta de dados se deu em março de 2022, sendo feito um levantamento bibliográfico dos anos de 2012 a 2022, nas seguintes bases de dados: PubMed, SciELO, e BVS (Biblioteca Virtual de saúde), utilizando para a busca os seguintes descritores: "*Health Services*", "*Transgender Persons*", e "*prejudice*", em inglês e português. Sendo também aplicado o operador booleano *AND*, para um melhor delineamento do tema proposto.

Para este estudo foram incluídos somente ensaios clínicos randomizados, dos últimos dez anos, nos idiomas: inglês, português, espanhol, artigos completos e gratuitos, e ainda, que abordassem pelo menos uma dificuldade enfrentada pela população trans no acesso aos serviços de saúde. Como critérios de exclusão foram definidos: artigos que não possuíam resumo disponível nas bases de dados, que não fossem de acesso aberto, teses de dissertação e revisões da literatura.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa inicial nas bases de dados foram encontrados 414 artigos. Após uma primeira seleção, aplicando filtros como: últimos 10 anos, ensaios clínicos randomizados, artigos completos e idioma (inglês, português e espanhol) foram excluídos 385 artigos, restando 29 para análise dos resumos. Desses, foram selecionados 12 artigos que se enquadraram nos critérios de inclusão estabelecidos. A Figura 1 mostra como se deu o processo de seleção dos artigos incluídos. Enquanto a tabela 1 apresenta a relação dos estudos selecionados que evidenciaram quais os principais tipos de barreiras e dificuldades que a população trans encontra dentro dos serviços de saúde.

Figura 1: Processo de seleção dos artigos.



Fonte: Autores, 2022.

TABELA 1: Dos estudos selecionados.

Autores	Objetivos	Ano	Conclusão
ZALAZAR <i>et al.</i>	Identificação dos fatores contextuais, sociais e individuais que atuam como barreiras e facilitadores para o acesso e retenção em cuidados de saúde em geral, e prevenção e cuidados em HIV.	2018	É necessário implementar um ampla gama de estratégias em estabelecimentos e avaliar a aceitação de intervenções famílias para responder às diferentes demandas das mulheres trans.

LOVISON <i>et al.</i>	Conhecimento da percepção de travestis e transexuais residentes em Chapecó, Santa Catarina, acerca do acesso e assistência em saúde	2019	A conduta de acesso e acolhimento não atende aos critérios de acesso e assistência em saúde preconizados pelo Sistema Único de Saúde.
COSTA <i>et al.</i>	Relato das necessidades de saúde relacionadas ao HIV e as barreiras de acesso para pessoas transgêneros e gêneros diversos no Brasil.	2018	Os resultados indicam que as políticas de saúde relacionadas ao HIV para populações transgêneros e gêneros diversos precisam de iniciativas voltadas ao controle da infecção pelo HIV, bem como a prevenção.
LEITE <i>et al.</i>	Investigação da associação entre o sexo discriminação e consultas médicas, bem como testagem de HIV entre mulheres transgêneros nos últimos 12 meses em nordeste do Brasil.	2021	Os achados apontam para a necessidade de políticas não discriminatórias baseadas na defesa e promoção dos direitos humanos que possibilitem o acesso de mulheres transgêneros aos serviços de saúde brasileiros.
CARRARA <i>et al.</i>	Conhecer o perfil sociodemográfico dessa população, compreender seus mecanismos de acesso aos serviços de saúde disponíveis, especialmente modificação corporal e tecnologias de detecção e prevenção do HIV/AIDS;	2019	Atualmente, nem o sistema de saúde público nem o privado parecem dar uma resposta suficiente às necessidades de pessoas trans, travestis e não-binárias.
OLIVEIRA <i>et al.</i>	Compreensão da forma como vão se construindo as trajetórias das pessoas transgênero nas políticas públicas de saúde em um município do interior do Rio Grande do Sul	2020	Consideramos necessária uma maior articulação dos serviços especializados com a atenção básica e com os profissionais agentes comunitários de saúde, pois são eles que estão em contato com elas, em seu território.
SILVA <i>et al.</i>	Análise da vulnerabilidade em saúde das jovens transexuais femininas que vivem com HIV/aids.	2020	Evidenciaram-se representações de abjeção social e despreparo da equipe da saúde que compõem a Atenção Primária em Saúde em promover assistência qualificada

			para a execução do cuidado efetivo e humanizado.
SHAIKH <i>et al.</i>	Apresentação dos resultados do programa Pehchan, apoiado pelo Fundo Global, que visava fortalecer os sistemas comunitários e fornecer serviços de HIV, saúde, jurídicos e sociais para comunidades transgênero em 18 comunidades indianas.	2016	O envolvimento comunitário do programa Pehchan, coletivização baseada em direitos e abordagens de afirmação de gênero melhorou significativamente tanto a demanda quanto o acesso a serviços personalizados de HIV, saúde e sociais para indivíduos transgêneros em todo o mundo.
MONTEIRO <i>et al.</i>	Análise das experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde e discutir a discriminação sexual de gênero e as demandas dessa população aos serviços de transição de gênero e prevenção de HIV/aids.	2019	Os achados do estudo sugerem que os serviços de saúde vêm se consolidando como uma instância legítima para o acesso de pessoas trans/travestis aos procedimentos para a transição de gênero.
COSTA <i>et al.</i>	Determinação da prevalência e correlações de hormônios sem prescrição uso entre mulheres trans brasileiras.	2021	Mulheres trans brasileiras marginalizadas apresentam alto uso de hormônios não prescritos, o que pode ter consequências para a saúde e requer mais exames e pesquisas.
ROCON <i>et al.</i>	Discussão das dificuldades de pessoas trans moradoras da região metropolitana da Grande Vitória/ES em acessarem os serviços de saúde no SUS.	2016	Aponta-se, a importância de elaborar programas de educação e campanhas permanentes sobre o direito de acesso ao sistema de saúde livre de discriminação e com uso do nome social.
SOUSA <i>et al.</i>	Discussão das necessidades e demandas de saúde de homens trans.	2018	A despatologização das vivências trans constitui o eixo central com base no qual o cuidado deve ser pensado, relacionando-a a mudanças culturais, políticas e sociais que impliquem a construção de uma sociedade não transfóbica e incidam no

Fonte: Autores, 2022.

Na presente revisão, foi possível observar inúmeros fatores que afastam os travestis e transexuais dos serviços de saúde, o que pode levar a automedicação e a falta de cuidados preventivos, acarretando novos problemas. Visto que, segundo Oliveira *et al.* (2020), a apropriação do discurso da saúde em relação à experiência transexual é uma construção histórica, que teve como intuito classificar as experiências consideradas normais e anormais em relação ao gênero. Assim, no cenário atual, a maioria das mulheres, mulheres trans e principalmente travestis têm acesso aos hormônios por canais não oficiais e iniciam o tratamento hormonal por conta própria. E conforme Costa *et al.* (2021), expõe que o uso de hormônios não prescritos é maior com idade mais jovem, menor escolaridade, falta de moradia e uso de estrogênio mais progesterona. O menor uso foi associado ao acesso aos cuidados de saúde e ao atendimento das necessidades de saúde trans específicas. E as mulheres trans brasileiras marginalizadas apresentam alto uso de hormônios não prescritos, o que pode ter consequências para a saúde.

Mesmo que, de acordo com o Rocon *et al.* (2016), em 2008, o Ministério da Saúde tenha lançado o Processo Transexualizador do SUS a partir da Portaria 1707/200821. Apenas as mulheres transexuais foram contempladas com o acesso aos serviços de terapia hormonal, de acompanhamento clínico, psicológico e social, e de cirurgias de transgenitalização. E a partir da portaria 2803 de 201322, o Processo Transexualizador foi reformulado e passou a contemplar homens transexuais e travestis com suas demandas por cirurgias de histerectomia, mastectomia, neofaloplastia, hormonioterapia e outras. A portaria condicionou o acesso aos procedimentos por meio de um diagnóstico nosológico, reiterando os critérios definidos na Resolução nº 1.955/2010. Entretanto, de acordo com Carrara *et al.* (2019), nem o sistema de saúde público nem o privado parecem dar uma resposta suficiente às necessidades das pessoas trans, travestis e não-binárias. No SUS, apenas cinco centros de saúde de referência oferecem o Processo de Transexualização. Assim, é preciso destacar a crônica carência de serviços e atendimento profissional à população trans no sistema público de saúde. A falta desse apoio expõe essa comunidade ao risco de adoecimento devido ao excesso, descontrolado e não monitorado do uso de hormônios e modificações corporais. Como resultado, há uma demanda crescente por políticas de saúde para aumentar a visibilidade dessas questões e dar-lhes a devida atenção, garantindo assim o reconhecimento dos direitos das pessoas trans.

Assim Sousa *et al.* (2018), expõe que todos os homens trans apontaram a transfobia quando perguntados sobre suas necessidades e demandas de saúde. A transfobia é uma faceta antidemocrática que finca limites para a compreensão das possibilidades de ser definido com base na patologização, na punição e na violência, os cursos de vida que não se estabelecem a partir da cisheteronormatividade. Desse modo Zalazar *et al.* (2018), identifica que a desigualdade no acesso à saúde aparece principalmente relacionados com o estigma e a discriminação com base na identidade de gênero que atua como uma barreira social e comunitária. E essas barreiras persistem mesmo com a promulgação da Lei de Identidade de Gênero. Dessa maneira, ela afirma que é necessário implementar uma ampla gama de estratégias em estabelecimentos e avaliar a aceitação de intervenções familiares para responder às diferentes demandas das mulheres trans.

Ademais Lovison *et al.* (2019), concluíram que a discriminação a travestis e transexuais ainda ocorre e se revela especialmente no não reconhecimento ao nome social e que o constrangimento nesses casos é efetivo e a falta de preparo do profissional ou mesmo o não interesse e o desrespeito se sobrepõem a ética, à legislação e aos princípios do SUS de universalidade, integralidade e equidade e de suas diretrizes de acolhimento e política de humanização. Assim, no contexto prático, torna-se imperiosa a necessidade de legislação geral, federal e que efetivamente regularmente e ajude a normalizar o uso do nome social, pois micro legislações e orientações políticas de alguns órgãos não tratam o tema com a amplitude necessária para a disseminação de uma cultura social de aceitação da identidade de gênero e do nome social.

De acordo com Leite *et al.* (2021), ainda não existe uma estratégia efetiva para vincular essas pessoas ao sistema de saúde e ainda existem muitas barreiras de acesso baseadas na discriminação. Assim, as visitas médicas devem ser uma oportunidade chave para avaliar as necessidades específicas das mulheres trans como a oferta, realização de testagem e aconselhamento em HIV. Pois Silva *et al.* (2020), relata que as jovens transexuais femininas que vivem com HIV/AIDS vivenciam contexto de vulnerabilidade em saúde devido a discriminação e carência ao acesso à saúde associado a conhecimentos insuficientes e dificuldades para a efetivação do autocuidado. Ademais existe um despreparo da equipe da saúde em promover assistência qualificada, considerando o estilo de vida, condições sociais e a educação permanente para a execução do cuidado efetivo e humanizado. Dessa maneira Monteiro *et al.* (2019), discorre que embora as políticas nacionais de respostas ao HIV/aids focalizem ações para mulheres trans/travestis, a prevenção não está entre as suas principais demandas aos serviços de saúde. Em concordância Costa *et al.* (2018), indica a necessidade

urgente de políticas adequadas de atenção ao HIV orientadas para o comportamento e capacitação dos profissionais em relação às necessidades de pessoas transgêneros.

Desse modo, Shaikh *et al.* (2016), relata que a coletivização baseada em direitos e as abordagens de afirmação de gênero melhoraram significativamente a demanda e o acesso a serviços sociais, de saúde e de HIV adaptados para indivíduos transgêneros. Sendo necessário o fortalecimento contínuo dos sistemas de saúde, sociais e comunitários para melhor responder às necessidades únicas das comunidades transgêneros.

4 CONCLUSÃO

Através dos resultados obtidos no presente estudo, percebe-se que o acesso à saúde para a população transgênero e travesti, ainda se encontra distante do ideal. Muitas dificuldades são encontradas, sendo as mais frequentes relacionadas a falta de preparo dos profissionais e unidades básicas de saúde para atender à este público, e principalmente a forma como os mesmos não possuem seus direitos básicos respeitados, não sendo tratados dignamente, ficando assim, desassistidos de informações e orientações sobre sua saúde, além disso, sofrendo com atitudes preconceituosas por parte de profissionais e demais usuários do serviço.

Desse modo, tais questões tornam ainda mais difícil o acesso e acolhimento desse público, nos serviços básicos de saúde. E por essa razão, é necessário haver uma adequação destes serviços, sendo importante levar em consideração a necessidade de prestar uma assistência humanizada, que compreenda essa população como um ser holístico e integral, oferecendo, um atendimento multiprofissional, principalmente, a atenção básica que possui uma equipe com diversos profissionais, que podem diminuir essas barreiras de acesso, e auxiliar de maneira satisfatória com a saúde desses usuários.

Diante do exposto, reitera-se a necessidade de produzir mais estudos acadêmicos sobre quais as maiores dificuldades de acessibilidade ainda encontradas, ante as demandas desse público nos serviços de saúde, visto que viabiliza uma ampliação de conhecimentos e poderá levar a uma melhor adesão destes aos serviços de saúde, uma vez que muitos, ainda, se sentem discriminados neste sistema.

REFERÊNCIAS

CARRARA, S. *et al.* Body construction and health itineraries: a survey among travestis and trans people in Rio de Janeiro, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, p. 1-14, 2019.

COSTA, M. C. B. *et al.* Prevalence and Correlates of Nonprescription Hormone Use Among Trans Women in São Paulo, Brazil. **LGBT Health**, v. 8, n. 2, p. 162-166, 2021.

COSTA, A. B. et al. HIV-Related Healthcare Needs and Access Barriers for Brazilian Transgender and Gender Diverse People. **AIDS and Behavior**., v. 22, n.8, p. 2534-2542, 2018.

ERCOLE, F. F. *et al.* Integrative review versus systematic review. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, 2014.

GONZALES, G. *et al.* Barriers to Care Among Transgender and Gender Nonconforming Adults. **Milbank memorial fund quarterly**., v. 95, n. 4, 726-748, 2017.

LEITE, B.O. *et al.* Association between gender-based discrimination and medical visits and HIV testing in a large sample of transgender women in northeast Brazil. **International Journal for Equity in Health**, v. 20, n. 199, 2021.

LOVISON, R. *et al.* Travestis e transexuais: despindo as percepções acerca do acesso e assistência em saúde. **Enfermagem em Foco**, v. 10, n. 5, p. 167-172, 2020.

MONTEIR, S. *et al.* Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, 2019.

OLIVEIRA, I. *et al.* (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 1, 2020.

SHAIKH, S. *et al.* Empowering communities and strengthening systems to improve transgender health: outcomes from the Pehchan programme in India. **The Journal of the International AIDS Society (JIAS)**., v. 19, n. 3, 2016.

SILVA, R. G. *et al.* Vulnerability in the health of young transgender women living with HIV/AIDS. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 5, 2020.

SOUSA, D. *et al.* "Viver dignamente": necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 10, 2018.

ROCON, P. C. *et al.* Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, 2016.

ROSENBERG, S. *et al.* Cisgenderism and transphobia in sexual health care and associations with testing for HIV and other sexually transmitted infections: Findings from the Australian Trans & Gender Diverse Sexual Health Survey. **PLoS ONE**, v. 16, n. 7, 2021.

ZALAZAR, V. *et al.* Factores contextuales, sociales e individuales como barreras y facilitadores para el acceso a la salud de mujeres trans: desde la perspectiva de la comunidad. **Actualizaciones en sida e infectología**, v. 26, n. 98, p. 48-53, 2018.